

A associação que evitou que 200 crianças fossem institucionalizadas

ACOLHIMENTO Em dois anos foram entregues duas centenas de crianças em risco às famílias. Abrigo acompanhando agora 122 menores

Em dois anos de atividade a Abrigo impediu que cerca de 200 crianças em risco fossem institucionalizadas nos concelhos do Montijo e de Alcochete. O trabalho desenvolvido pelos três técnicos do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – psicólogo, assistente social e educador – tem permitido manter no seio familiar menores maltratados e agredidos ou cujos pais não reúnem condições mínimas para cuidar dos filhos.

A resposta assenta em duas modalidades – preservação familiar e reunificação familiar –, foi revelada ontem ao DN por Rita Pereira, uma das técnicas do CAFAP, durante o 4.º Fórum Abrigo, que juntou vários especialistas em proteção de menores no Montijo, sob o lema “O desafio de ser criança”.

“Na preservação pretende-se que as crianças permaneçam nas famílias e na reunificação o objetivo é que as crianças que estão num acolhimento residencial regressem a casa”, explicou

Rita Pereira, revelando que desde maio de 2015, data do início da atividade, têm chegado, sobretudo, casos relacionados com menores vítimas de agressão por parte dos pais.

Neste momento são acompanhadas pela Abrigo 122 crianças e 114 adultos, com 76 processos ati-

vos, tratando-se de menores encontrados em situação de risco e encaminhados pelas comissões de proteção de crianças e jovens, escolas, unidades de saúde, as próprias famílias.

Rita Pereira apresenta o gabinete onde a equipa prepara o trabalho na Rua da Biologia, mas depois é na casa das famílias que a intervenção começa. “Se há alguma coisa a mudar é nos domicílios, mas só trabalhamos com o consentimento dos familiares”, diz, revelando que quando a equipa chega às residências as pessoas já estão avisadas da visita.

Segue-se o acompanhamento dos pais, a maioria com dependência de álcool ou drogas, por parte de psicólogos, médicos de família ou psiquiatras, consoante os casos. “Nós trabalhamos no âmbito das competências parentais para tentar perceber de que forma é que podemos apoiar estas pessoas para que mudem comportamentos”, acrescenta.

“Muitas vezes é importante a pressão que surge por parte dos tribunais”, diz, acrescentando que “só há retorno das crianças quando há o mínimo de garantias de que a criança vai ser bem cuidada. E se não houver mudança do adulto? “É arranjado um projeto alternativo para o menor, que poderá ser institucionalizado em qualquer lar da região”, responde a representante da CAFAP, cujo trabalho foi ontem apontado como exemplo por Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. “A pre-

venção deve ser a grande aposta e depois a intervenção mais informal diminuindo o risco de estigmatização”, referiu, reclamando uma “política e estratégia de intervenção solidária e articulada, porque todos os passos da intervenção são importantes”, insistiu.

No Fórum Abrigo participaram nomes como Javier Urrea, professor de Psicologia espanhol com vários livros editados sobre as crianças, Manuela Ramalho Eanes (*ver texto ao lado*), o juiz Laborinho Lúcio, e Rosa Coutinho, do Comité Português para a UNICEF. RD

PROJETO

16 anos à espera do centro

› O Centro de Acolhimento Temporário do Montijo, com capacidade para 86 crianças, até aos 6 anos, foi o projeto-âncora da Abrigo, mas há 16 anos que não sai do papel. “A dimensão não é capricho, mas cria escala e permite uma resposta técnica com maior qualidade para os vários problemas que possam surgir”, explicou o presidente da Abrigo, Jacinto Pereira. O projeto está aprovada pela Segurança Social e até já tem terreno cedido pela autarquia, mas falta verba. “Há uns anos projetámos dois milhões de euros, mas poderá projetar-se por um milhão”, revelou o dirigente.